



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

 **CULTURA  
NORTE**

## CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE

### PROGRAMA DO CONCURSO

Direção Regional de Cultura do Norte  
Praça da Carreira  
5000-560 Vila Real, PORTUGAL

TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330  
779

Endereço eletrónico:  
[geral@culturanorte.gov.pt](mailto:geral@culturanorte.gov.pt)  
[www.culturanorte.gov.pt](http://www.culturanorte.gov.pt)  
[www.facebook.com/CulturaNorte](https://www.facebook.com/CulturaNorte)



## PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia - **PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - INVESTIMENTO RE-C04-I01 - REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL - MEDIDA C04-I01-M02 - DIGITALIZAÇÃO DE ARTES E PATRIMÓNIO - SUBMEDIDA: DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS DE MUSEUS SOB A GESTÃO DA DGPC E DAS DRC'S - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTO FOTOGRÁFICO E DIGITALIZAÇÃO 2D DE PEÇAS DE PATRIMÓNIO MÓVEL.**

### Artigo 1.º

#### Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Direção Regional de Cultura do Norte, sita na Praceta da Carreira, 5000-560 Vila Real, com o número de telefone: 259 330 770 e endereço eletrónico: [geral@culturannorte.gov.pt](mailto:geral@culturannorte.gov.pt).

### Artigo 2.º

#### Objeto do Contrato

1. O presente procedimento de Concurso Público tem por objeto principal a aquisição de serviços de registo fotográfico e digitalização 2D de peças de património móvel de Museus e Monumentos sob dependência da Direção Regional de Cultura do Norte, distribuído pelos seguintes lotes:

Lote 1 - Bragança - Museu do Abade de Baçal

Lote 2 - Miranda do Douro - Museu da Terra de Miranda

Lote 3 -Lamego - Museu de Lamego

Lote 4 - Guimarães - Museu de Alberto Sampaio e Paço dos Duques de Bragança

Lote 5 - Braga - Mosteiro de São Martinho de Tibães, Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa e Museu dos Biscainhos

2. O objeto do contrato encontra-se definido com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código CPV - **79961300-1 Serviços de fotografia especializada**, e vocabulários complementares FG 25-4 - **Para edifícios ou bens de**



interesse histórico ou arquitetónico e JA 09-5 - para fins multimédia, nos termos do regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28,11/2007, aplicável a partir de 15/09/2008.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão responsável pela decisão de contratar e informação de natureza financeira**

1. A decisão de contratar, nos termos do Despacho n.º 8284/2022, de 07.07, publicado no Diário da República n.º 130, 2ª série do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, alterado pelo Despacho n.º 1823/2023 de 06.02 publicado no Diário da República n.º 26, 2ª série, foi tomada pela Diretora Regional de Cultura do Norte, por despacho de 22/08/2023.

2. Considerando que a execução do contrato produzirá efeitos financeiros em mais de um ano económico, em cumprimento do previsto no artigo 22º do D.L. 197/99, de 8 de junho, a repartição dos encargos plurianuais encontra-se autorizada pela Portaria de Extensão de Encargos nº 485/2023, do DR n.º 171/2023, série II, de 04/09/2023

### **Artigo 4.º**

#### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. O programa do concurso e o caderno de encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ACIN-Icloud Solutions (<https://www.acingov.pt>), podendo ainda ser consultados nas suas instalações sitas na Praceta da Carreira, Vila Real, entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos e entre as 14 horas e as 17 horas e 30 minutos, desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas, de forma direta e gratuita, na plataforma eletrónica utilizada pela DRCN designadamente: <https://acingov.com>

3. Quando, por qualquer motivo, o programa do concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, o prazo fixado para a



apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

4.A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

### **Artigo 5.º**

#### **Esclarecimento, erros e omissões e retificações oficiais**

1.Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica até às 17:00:00 horas do último dia do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao Júri do procedimento, conforme competência delegada.

2. No mesmo prazo devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, exceto daqueles que por ele apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, advertindo-se que, o incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados,

4. Para efeitos do presente procedimento consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;



c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados nos termos do n.º 1 e o órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. Caso a pronúncia seja pela aceitação de erros e omissões, o órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

7. Independentemente do previsto nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, caso em que haverá lugar a prorrogação de prazo, nos termos do disposto no artigo 64º do CCP.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como, as decisões sobre as mesmas tomadas são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Artigo 6.º**

### **Visitas aos locais**

1. Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão visitar os Museus, com o objetivo de se inteirarem das condições de execução das prestações objeto do contrato.

2. Para marcação das visitas devem os interessados submeter na plataforma eletrónica o respetivo pedido, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.



3. A data e hora para realização das visitas será comunicada, pela mesma via e notificada a todos os interessados conhecidos.

### **Artigo 7.º**

#### **Concorrentes**

1. Pode apresentar proposta qualquer pessoa singular ou pessoa coletiva, cujo objeto social tenha por atividade as prestações abrangidas pelo objeto do contrato, e que não se encontrem em qualquer das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do CCP.

### **Artigo 8.º**

#### **Agrupamentos concorrentes**

1. Podem igualmente ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar representante comum para a prática de todos os atos no âmbito do presente concurso, devendo para o efeito entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada uma delas, ou não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que a constituem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária devendo os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81º do CCP, ser apresentados por todos os seus membros.



## Artigo 9.º

### Documentos que constituem a proposta

1.A proposta, admitida para todos, algum ou alguns dos lotes, deve apresentar os seguintes elementos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), que pode ser obtido em [www.base.gov.pt/deucp](http://www.base.gov.pt/deucp) , constituindo o formulário “request.xml” Anexo I ao presente programa;  
Quando a proposta seja apresentada por um **agrupamento concorrente**, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada conforme Anexo II ao presente programa;
- c) Documentos, que de acordo com o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, contenham a informação necessária à avaliação da proposta, conforme definido no artigo 16º:
  - i) Preço unitário por registo e total, **por lote**, em euros, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que ao preço acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso;  
O valor do IVA, deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este não ser mencionado entende-se que o preço indicado não inclui este imposto;
  - ii) Descrição da(s) tecnologias que o concorrente empregará para a execução dos serviços;
  - iii) Descrição da metodologia proposta para a execução dos serviços, respetivo planeamento e calendarização;
  - iv) Identificação dos recursos humanos que integrarão a equipa a afetar à execução dos serviços, acompanhada de nota curricular de cada um dos seus membros e da clara identificação da(s) funções/tarefas a que são adstritos;
- d) Declaração sob compromisso de honra em como se compromete e responsabiliza pela completa eliminação de toda a informação dos seus



registos informáticos após a entrega definitiva dos elementos produzidos e sua aceitação definitiva pela DRCN;

- e) Certidão do registo comercial atualizada, ou código de acesso para consulta da certidão permanente no site [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt), no caso de se tratar de pessoa coletiva.

2. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP. integram também a proposta, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

4. A proposta deve ser datada e assinada pelo concorrente de acordo com o disposto no artigo 12.º do presente programa de concurso.

5. O preço constante da proposta não poderá ultrapassar, em caso algum, sob pena de exclusão da mesma, o valor fixado como preço base, por lote e total (quando apresente proposta a todos os lotes) para o presente procedimento.

6. Apenas são admitidas propostas que, em cada um dos lotes, contemplem a totalidade do objeto integrado no respetivo lote.

### **Artigo 10.º**

#### **Propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 11.º**

#### **Prazo para a apresentação das propostas**

As propostas podem ser apresentadas até às 23 horas e 59 minutos do 30.º dia de calendário a contar da data do envio para publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)





## **Artigo 12.º**

### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela DRCN ([www.acingov.com](http://www.acingov.com)). através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 são definidos pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

## **Artigo 13.º**

### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

## **Artigo 14.º**

### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica: [www.acingov.com](http://www.acingov.com).
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.



## Artigo 15.º

### **Análise das propostas - Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades**

1. As propostas são analisadas em todos os seus termos ou condições e atributos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º e n.º 2 do artigo 70.º do CCP, sendo excluídas aquelas cuja análise revele alguma das situações previstas nos referidos normativos, bem como as que não cumpram a condição fixada no n.º 6, do Artigo 9.º.

2. Para efeitos de análise ou da avaliação da proposta o Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários.

3. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo a indicar, mas nunca superior a cinco dias, procedam ao suprimimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de suprimimento e em que este seja possível, desde que tal suprimimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo o DEUCP;

b) A junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira e cuja tradução não integrou a proposta;

c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos que já integram a proposta.

5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 2 e 4, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade



adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

6. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

## **Artigo 16.º**

### **Critério de adjudicação**

1. As propostas, relativamente às quais não se registe qualquer causa de exclusão, são submetidas a avaliação para efeitos de adjudicação, por lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo modalidade multifator, fixado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual.

2. O critério da proposta economicamente mais vantajosa, por lote, será densificado pelos seguintes fatores e subfactores e respetivo modelo de avaliação, fixados nos termos dos artigos 75º e 139º do CCP:

- a) Fator A - Preço da proposta
- b) Fator B - Tecnologias de captação
- c) Fator C - Planeamento e Metodologias de execução
- d) Fator D - Qualidade / Especialização da equipa técnica a afetar à prestação do serviço

3. A ponderação dos três fatores indicados será feita segundo a aplicação da seguinte fórmula, a cada um dos lotes:  $PF = 0,30A + 0,20B + 0,40C + 0,10D$ , sendo

- PF a pontuação final;
- A a pontuação do preço da proposta;
- B a pontuação atribuída ao fator Tecnologias de Captação;
- C a pontuação atribuída ao fator Planeamento e Metodologias de execução
- D a pontuação atribuída ao fator Qualidade / Especialização da equipa técnica a afetar à prestação do serviço.



4. Os enunciados fatores serão avaliados de acordo com o seguinte modelo de avaliação:

**Fator A - Preço da proposta (para o lote) (30%)**

De acordo com a seguinte fórmula:

$PP = 100 - ((P_{\text{Concorrente}}/P_{\text{Máximo}}) \times 100)$ , sendo:

- PP a Ponderação do preço
- PConcorrente o preço constante da proposta do concorrente
- PMáximo o preço-base.

**Fator B - Tecnologias de captação (20%)**

Muito adequado 100	Adequado 66	Pouco adequado 33
<ul style="list-style-type: none"><li>- Câmara de 42Megapixels ou maior com sensor Full frame ou câmara de médio formato digital</li><li>- Lentes médias de 35 a 70mm + lente anamórfica</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Camera com 36 Megapixels ou maior, com sensor full frame</li><li>- Lentes médias de 35 a 70mm</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Camera com 36 Megapixels com sensor APS-C</li><li>- Lentes médias de 35 a 70mm</li></ul>

## Fator C - Planeamento e Metodologias de execução (40%)

Densificado de acordo com os seguintes subfactores:

		Muito adequado - 100	Adequado - 66	Pouco adequado - 33
c.1	<b>Planeamento 10%</b>	<p>O planeamento considera de forma compreensiva a necessidade de articular as equipas do concorrente com as equipas externas das instituições de acolhimento.</p> <p>Planeamento com tempos de execução compreensivo por tipologia de peça.</p> <p>Faz uma projeção exequível do número de peças a digitalizar por dia/semana/mês e por museu (tempo para digitalização + manuseamento de peças + tempo de gestão dos ficheiros).</p> <p>Apresenta um planeamento com métricas gerais e específicas.</p>	<p>O planeamento considera as necessidades logísticas por parte dos museus.</p> <p>Faz uma projeção do número de peças a digitalizar por dia/semana/mês.</p>	<p>O planeamento considera superficialmente as necessidades logísticas por parte dos museus.</p> <p>Faz uma projeção pouco exequível do número de peças a digitalizar por dia/semana/mês.</p>

c.2)	<b>Calendarização 15%</b>	Calendarização detalhada por nº de objetos e por museu. Planeamento de entregas intermédias/parciais do projeto. Marcação de pontos de contacto com os responsáveis pelo projeto antes, durante e após a execução em cada museu. Define com clareza o calendário de produção nos museus assim como o calendário fora dos museus para gestão e manuseamento de documentação digital. Planeamento detalhado das equipas.	Calendarização generalizada por museu. Planeamento generalizado de entregas do projeto e pontos de contacto com os responsáveis de projeto. Calendarização geral de produção e documentação. Planeamento geral das equipas.	Calendarização simplificada. Planeamento simplificado do projeto.
c.3)	<b>Metodologias e processos 15%</b>	Define com clareza os processos e necessidades de pré-produção e produção adequados. Define com clareza papeis adequados para cada um dos elementos da equipa no projeto. Apresenta um plano de articulação das equipas da empresa com as do museu adequado. Apresenta detalhadamente os processos e metodologias a executar na implementação do projeto. Projeção dos requisitos logísticos das instituições de acolhimento/museus.	Definição das necessidades de produção do projeto suficientes. Definição suficiente da equipa. Definição de requisitos, processos e metodologias do projeto suficientes.	Definição das necessidades de produção do projeto pouco detalhadas e desadequadas. Definição da equipa pouco detalhada e desadequada. Definição de requisitos, processos e metodologias do projeto pouco detalhados e pouco adequados.



**Fator D - Qualidade / Especialização da equipa técnica a afetar à prestação do serviço - (10%)**

Muito adequado 100	Adequado 66	Pouco adequado 33
O líder de projeto tem currículo e portefólio numa área especializada de fotografia e experiência em gestão de projetos. A equipa conta ainda com mais um elemento com provas prestadas na área de fotografia para apoio nas digitalizações nos museus.	O líder de projeto tem currículo e portefólio numa área especializada de fotografia ou experiência em gestão de projetos. A equipa conta ainda com mais um elemento com provas prestadas em fotografia para apoio às digitalizações nos museus.	O líder de projeto tem currículo e portefólio numa área especializada de Fotografia ou experiência de gestão de projetos digitais em. A equipa conta ainda com mais um elemento para o apoio nas digitalizações nos museus.

5. O júri atribuirá a cada um dos fatores / subfactores uma classificação numérica de acordo com o descrito no número 4 do presente Artigo.
6. Em situações em que o conteúdo da proposta não permita a sua subsunção direta aos enunciados descritores de avaliação, poderão ser atribuídas pontuações intermédias na escala fixada, devidamente fundamentadas pelo júri do procedimento.
7. A lista final de classificações das propostas, em cada um dos lotes, será obtida por ordenação dos valores para pontuação final (PF), obtidos por aplicação da fórmula referida no número 3 deste artigo.



8. Em caso de empate pontual entre propostas, constituirão critérios sucessivos de desempate (aplicável a todos os lotes):

1º Proposta com maior pontuação no fator A;

2º Proposta com maior pontuação na conjugação dos fatores B e C.

3º Persistindo, ainda assim, o empate, em algum ou alguns dos lotes, o desempate será efetuado por recurso a sorteio, a realizar nas instalações da DRCN.

9. O sorteio será conduzido pelo júri na presença de representante das propostas concorrentes em situação de empate, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 dias úteis, por aviso emitido através da plataforma eletrónica e efetuar-se-á com recurso a saco opaco, onde serão depositados envelopes, também estes opacos, com a identificação das propostas em situação de empate. O primeiro envelope extraído corresponderá à proposta vencedora, sendo, se for o caso, as demais ordenadas de acordo com a respetiva ordem de extração.

10. Não é estabelecida limitação do número de lotes a adjudicar a um mesmo concorrente.

### **Artigo 17.º**

#### **Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final**

1. O Júri elabora, nos termos do artigo 146.º do CCP, um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas e a ordenação das propostas admitidas, de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.

2. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo não inferior a 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147º do CCP.

3. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera, se for o caso, as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer





proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

4. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

5. O relatório final, juntamente com os demais documentos é submetido à apreciação da entidade adjudicante, para decidir sobre a aprovação das propostas nele contidas, designadamente para efeitos de decisão de adjudicação.

6. Caso se registe, em todos ou algum dos lotes, a apresentação de uma única proposta não haverá lugar, em relação a esses a elaboração dos relatórios preliminar e final nem à realização de audiência prévia.

### **Artigo 18.º**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, bem como o relatório final.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, se exigível, nos termos do Artigo 21º.

### **Artigo 19.º**

#### **Documentos de habilitação**

1 - No prazo de 10 dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, Anexo III ao presente programa;



- b) O adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de não se encontrar na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º

do CCP, nomeadamente:

- i. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da respetiva entidade adjudicatária, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - iii. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.
- c) Plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas caso o adjudicatário se qualifique como grande empresa;
- d) Para efeitos da celebração do contrato, deve, ainda, apresentar:
- a. O comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso, atento o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.



- b. Identificação dos intervenientes na outorga do contrato em representação do adjudicatário.

2 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através do seguinte endereço de correio eletrónico: [geral@culturanorte.gov.pt](mailto:geral@culturanorte.gov.pt) com exclusão de qualquer outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

3 - Quando os documentos a que se referem a alínea b), do n.º 1, se encontrem disponíveis na Internet, o cocontratante pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4 - Quando o cocontratante tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), do n.º 1 é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1, ou a indicação prevista no número anterior.

5 - No prazo de 5 dias deverá o cocontratante proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

6 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao cocontratante, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

## **Artigo 20.º**

### **Causas de não adjudicação**

Constitui causa de não adjudicação a verificação de qualquer das condições previstas no artigo 79.º do CCP.



## **Artigo 21.º**

### **Caução**

- 1 - A caução será exigida quando do valor adjudicado a um mesmo prestador, resulte um preço contratual igual ou superior a 500.000,00 €.
- 2 - A caução destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações e sendo exigível, será prestada em valor correspondente a 5% do preço contratual.
- 3 - O prazo para o adjudicatário prestar caução é de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação a que se refere o Artigo 18º, nos termos do disposto nos artigos 88º a 91º do CCP.
- 4 - A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, à primeira solicitação.
- 5 - Caso o adjudicatário opte prestar caução por garantia bancária ou por seguro caução, uma ou outra deve ser redigida conforme minuta respetiva que se encontra no anexo IV do presente Programa de Concurso.
- 6 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos a caução que lhe seja exigida.

## **Artigo 22.º**

### **Contrato**

Nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, será reduzido contrato a escrito.

## **Artigo 23.º**

### **Minuta do contrato**

1. Em simultâneo com a notificação da adjudicação é notificada ao adjudicatário a minuta do contrato de contrato, para aceitação.



2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 24.º**

##### **Reclamações contra a minuta do contrato**

1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do CCP.

2 - Em caso de reclamação a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser naquele prazo.

3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

#### **Artigo 25.º**

##### **Celebração do contrato**

1. A outorga do contrato, elaborado em suporte informático, deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 dias, sobre a notificação de adjudicação e apresentados todos os documentos de habilitação exigidos e ocorrerá através da aposição de assinaturas eletrónicas;

2. É de 5 dias o prazo para a outorga e remessa (devolução) eletrónica do contrato.

3. A adjudicação caduca se:

a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado;

b) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no nº 5, do Artigo 7º.

4. O contrato considera-se outorgado na data de aposição da última assinatura.



## **Artigo 26º**

### **Informação relativa a proteção de dados pessoais**

1. Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que todos os dados pessoais a que a DRCN tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e, sejam objeto de tratamento, este encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 6º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.
2. Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 anos, a contar da data da celebração do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 107º do CCP, sem prejuízo da observância do prazo previsto de 10 anos, nos termos artigo 70.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 98/97, de 26/08, na sua atual redação, que aprovou o regime da organização e processo do Tribunal de Contas.

## **Artigo 27.º**

### **Legislação aplicável e foro competente**

- 1 - Em tudo o que o presente programa for omissa observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
- 2 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 3 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

## **Artigo 28.º**

### **Despesas e encargos**



1- São da responsabilidade dos concorrentes as despesas e encargos com a elaboração das propostas.

2 - Constituem despesas e encargos do(s) adjudicatário(s):

a) As relativas à prestação de caução, se exigível;

b) As relativas a emolumentos devidos ao Tribunal de Contas em sede de procedimento de fiscalização prévia, nos termos do Regime de Emolumentos do Tribunal de Contas.

### **Artigo 29.º**

#### **Prevalência**

De acordo com o artigo 51.º do CCP, as normas constantes daquele diploma, relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

### **OUTRA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR RELATIVA AO PROCEDIMENTO**

**Critério e fundamento de escolha do procedimento:** Critério do valor do contrato, nos termos dos artigos 17º e 18º do CCP, determinando a escolha do Concurso público com publicitação de anúncio no JOUE, de acordo com o disposto na alínea a), do nº 1 do Artigo 20º do mesmo código.

**Informação relativa a consulta preliminar ao mercado:** O presente procedimento não foi objeto de consulta preliminar ao mercado.

**Da divisão do objeto do contrato em lotes:** Para efeitos do disposto no Artigo 46º-A, em face do preço base definido para o procedimento se revelar superior ao montante de EUR 135.000,00 definido no nº 2 daquele normativo, foi efetuada a divisão do objeto do contrato em lotes. A divisão foi operada com base na distribuição geográfica - concelhia de localização dos bens móveis e imóveis a fotografar e tendo em vista,



através da possibilidade de adjudicação a mais de um prestador, acelerar a execução física do contrato, contribuindo para o cumprimento dos objetivos temporais de realização impostos pelo respetivo contrato de financiamento.